Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 119: RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL 2

Edição n. 119 Brasília, 22 de fevereiro de 2019 (edição atualizada em: 21/08/2023)

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 08/02/2019.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 119: RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL

1. A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 681 e 707, letra a).

Julgados: AgInt no AREsp 1461332/ES, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 05/11/2019; AgRg no AREsp 232494/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/10/2015; REsp 1374284/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 05/09/2014; REsp 1373788/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 20/05/2014; REsp 1354536/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 05/05/2014; Rcl 036598/SC (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, publicado em 16/10/2018

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 545) (Vide Jurisprudência em Teses N. 30 - TEMA 10) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

2. Causa inequívoco dano ecológico quem desmata, ocupa, explora ou impede a regeneração de Área de Preservação Permanente - APP, fazendo emergir a obrigação *propter rem* de restaurar plenamente e de indenizar o meio ambiente degradado e terceiros afetados, sob o regime de responsabilidade civil objetiva.

Julgados: AgInt no REsp 1882947/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 23/03/2023; REsp 1544928/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 31/08/2020; AgInt no REsp 1856089/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/06/2020; AgInt nos EDcl no REsp 1738555/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/02/2020; REsp 1510485/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 21/02/2019

(Vide Súmula Anotada N. 623/STJ)

3. O reconhecimento da responsabilidade objetiva por dano ambiental não dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.

Julgados: AgInt no AREsp 1682237/RJ, Rel. Ministro PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/06/2023; AgInt no REsp 2044805/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 01/06/2023; AgInt no AREsp 2109002/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/09/2022; REsp 1902152/RO, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 09/04/2021; AgInt no AREsp 1624918/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 01/10/2020; AgInt no AREsp 1627221/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 04/06/2020

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 615) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

4. A alegação de culpa exclusiva de terceiro pelo acidente em causa, como excludente de responsabilidade, deve ser afastada, ante a incidência da teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (art. 225, § 3º, da CF e do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81), responsabilizando o degradador em decorrência do princípio do poluidor-pagador (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 438).

Julgados: REsp 1612887/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 07/05/2020; EDcl no REsp 1346430/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 14/02/2013; REsp 1114398/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 16/02/2012; AREsp 1067106/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 01/12/2022

(Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

5. É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental (Repercussão Geral - Tema n. 999/STF).

Julgados: AgInt no AREsp 2130404/SC, Rel. Ministro PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/06/2023; AgInt nos EDcl no REsp 1971245/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/06/2023; AREsp 1407773/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/05/2023; AgInt no AREsp 2197394/RO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 14/04/2023; REsp 1860239/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/08/2022; REsp 1321992/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2021

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 415) (Vide Repercussão Geral - Tema 0999)

6. O termo inicial da incidência dos juros moratórios é a data do evento danoso nas hipóteses de reparação de danos morais e materiais decorrentes de acidente ambiental.

Julgados: AgInt no REsp 1990643/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/11/2022; AgInt no AREsp 1826545/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 11/05/2022; AgInt no AREsp 1085482/MA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 17/11/2021; AgRg no AREsp 820193/MA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 09/03/2017; REsp 1363107/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 17/12/2015; AgRg no AREsp 273058/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 17/04/2013

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 490) (Vide Súmula Anotada N. 54/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

7. A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental (Súmula n. 618/STJ).

Julgados: AREsp 1407773/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/05/2023; AgInt no AREsp 2114565/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 13/03/2023; AgInt nos EDcl no REsp 1967742/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 26/10/2022; REsp 1443290/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/04/2022; REsp 1818008/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/10/2020; AgInt no AREsp 776762/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 15/09/2020

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 418) (Vide Súmula Anotada N. 618/STJ) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 30 - TEMA 4, N. 25 - TEMA 2 e N. 25)

8. Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental (Súmula n. 613/STJ).

Julgados: EDcl no REsp 1770967/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 28/06/2023; AgInt no REsp 1997932/SE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 26/04/2023; AgInt nos EDcl no REsp 1705572/CE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 26/04/2023; AgInt no AREsp 2022098/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2022; AgInt no AREsp 2072420/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/08/2022; REsp 1983214/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 24/06/2022

(Vide Súmula Anotada N. 613/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta)

9. Não há direito adquirido à manutenção de situação que gere prejuízo ao meio ambiente.

Julgados: AgInt no AREsp 188904/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 24/04/2023; AgInt no REsp 1882947/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 23/03/2023; REsp 1983214/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 24/06/2022; AgInt nos EDcl no REsp 1823102/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/03/2022; AREsp 1641162/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2021; AgInt no AREsp 820524/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/04/2019

(Vide Jurisprudência em Teses N. 30 - TEMA 3 e N. 30)

10. O pescador profissional é parte legítima para postular indenização por dano ambiental que acarretou a redução da pesca na área atingida, podendo utilizar-se do registro profissional, ainda que concedido posteriormente ao sinistro, e de outros meios de prova que sejam suficientes ao convencimento do juiz acerca do exercício dessa atividade.

Julgados: AgInt no REsp 1638946/RO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27/09/2017; AgInt no AREsp 852041/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 03/05/2017; AgInt no AREsp 913100/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/09/2016; AREsp 1138199/RO (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 05/08/2020; REsp 1852034/RO (decisão monocrática), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, publicado em 04/06/2020; REsp 1710641/RO (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 09/10/2019

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 538 e 490) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

11. É devida a indenização por dano moral patente o sofrimento intenso do pescador profissional artesanal, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência do dano ambiental (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 439).

Julgados: REsp 1354536/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 05/05/2014; AgRg no AREsp 249208/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 07/02/2013; REsp 1114398/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 16/02/2012; REsp 1721024/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 30/03/2020; AREsp 963852/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 21/02/2018; REsp 1409004/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, publicado em 10/10/2017

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 490) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)